



Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão 2023–2030

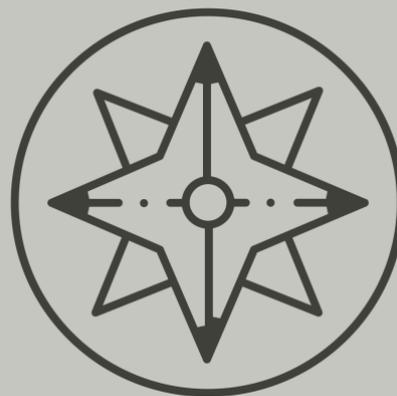


Plano de
Desenvolvimento
Social
 Vila Nova de
Famalicão

Índice

1. Introdução	3
2. Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão	6
3. Diagnóstico Social Municipal: Elementos de Síntese	11
4. Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão 2023-2030	17
4.1. A Abordagem Adotada	17
4.2. Os Eixos Estratégicos	20
4.3. As Missões de Desenvolvimento Social	21
4.4. Modelo de Governação e Processo de Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social	41

Introdução



1. Introdução

O presente documento constitui o resultado final do processo de atualização do Diagnóstico Social e de cocriação do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Vila Nova de Famalicão, para o período 2023-2030.

Uma vez elaborados o Dashboard Socioterritorial e o Diagnóstico Social Municipal, bem como desenvolvido um alargado processo de capacitação prática, temática e operacional de um conjunto diversificado e abrangente de agentes sociais e representantes institucionais, que ao longo das diferentes fase de trabalho foram sendo envolvidos no processo colaborativo posto em prática, procede-se agora à finalização dos trabalhos, com a apresentação deste documento, que constitui o Plano de Desenvolvimento Social 2023-2030 para o Município.

O novo Plano prolonga, revê e aprofunda os objetivos visados pelo documento orientador que o antecedeu, e que enquadrou a ação da Rede Social de Vila Nova de Famalicão no período 2015-2020, e pretende funcionar como elemento-chave da estruturação da intervenção social e comunitária a realizar no Município no horizonte de 2030. A sua génese está intimamente ligada a duas circunstâncias que desafiaram e desafiam a atuação da Rede Social de Vila Nova de Famalicão: por um lado, as consequências da pandemia da COVID-19 - que não apenas explicam o hiato registado em matéria de elaboração de instrumentos gerais de diagnóstico e planeamento no seio da Rede Social, como também suscitam a renovação dos respetivos focos e metodologias; por outro lado, a abertura de um novo período de perspetivação, programação e financiamento da intervenção social e comunitária - marcado, para além da *Agenda 2030* referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, pela agenda associada à afirmação do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e, no plano nacional, pela agenda inerente ao *Plano Nacional de Reformas 2022*, bem como pela aprovação e materialização dos programas e instrumentos de financiamento associados ao *PRR - Plano de Recuperação e Resiliência* e ao novo quadro de execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (*Portugal 2030*).

Perante um tal quadro de desafios e eixos de transformação esperada da intervenção a realizar pela Rede Social, o Município de Vila Nova de Famalicão, através da iniciativa *Famalicão Comunitário* e do Conselho Local de Ação Social, determinou o desenvolvimento de um processo amplamente participado e colaborativo de planeamento municipal neste domínio, que culmina com a disponibilização de novos instrumentos de diagnóstico social e com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Social 2023-2030.

O presente documento começa, neste sentido, por apresentar o processo operacional que conduziu e sustentou o conjunto de iniciativas desenvolvidas no âmbito do trabalho de atualização do Diagnóstico Social e de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento

Social. Este processo foi considerado, desde o seu início, como um elemento essencial para a prossecução do objetivo de animação colaborativa e de cocriação do próprio Plano.

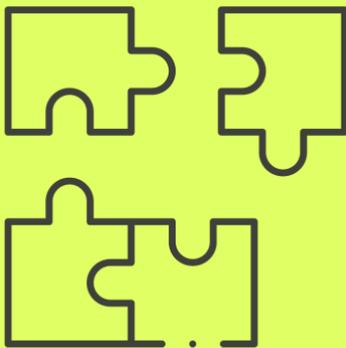
Depois, avança-se com a descrição sintética dos principais elementos que resultaram do Diagnóstico Social Municipal, nomeadamente no que respeita às principais tendências de evolução da situação social de Vila Nova de Famalicão e aos principais eixos e desafios de intervenção identificados, remetendo-se os aprofundamentos empíricos e analíticos para os dados contidos no Diagnóstico Social e no Dashboard Socioterritorial, documento que complementa e sustenta a análise realizada.

Por fim, explicitam-se os elementos que compõem o Plano de Desenvolvimento Social, detalhando-se, em primeiro lugar, a abordagem metodológica adotada na sua estruturação, identificando-se, depois, os eixos estratégicos que organizam a proposta de desenvolvimento social avançada, e caracterizando-se, finalmente, o conjunto de *Missões de Desenvolvimento Social* priorizadas e cocriadas durante o processo colaborativo promovido.

O Plano de Desenvolvimento Social - que, depois de aprovado em Conselho Local de Ação Social, será vertido e operacionalizado nos roteiros de ação e planos de atividades da Rede - termina com um conjunto de tópicos de reflexão estratégica referentes à respetiva governação geral e aos processos de monitorização/avaliação que acompanharão a sua execução.



Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão



2. Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão

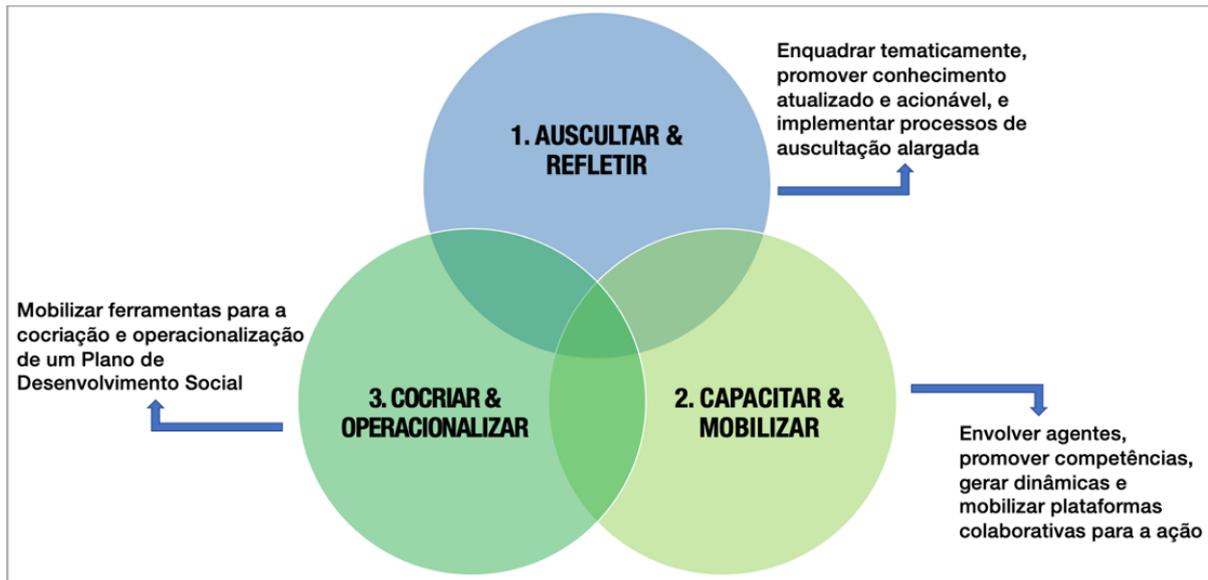
A elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Social assentou na dinamização de um processo de planeamento integrado e participado, em linha com a ambição manifestada na *Estratégia Famalicão.30* de fazer deste território um laboratório de proximidade e inovação social de excelência. Neste processo, foram privilegiadas as seguintes três dimensões fundamentais:

1. **A dinamização de uma abordagem eminentemente prática, participativa e com forte conteúdo comunicacional**, capaz de, ao longo das suas diferentes fases, envolver os agentes locais, potenciar dinâmicas já instituídas e em curso e produzir conhecimento facilmente assimilável e acionável pelo ecossistema local de desenvolvimento social;
2. **A capacitação e mobilização de um conjunto de agentes e públicos diversificados**, fazendo deste processo uma forma de ampliar o esforço de auscultação e de recolha de informação, de gerar maior capacidade de ação no território, assim como de promover níveis acrescidos de apropriação dos resultados produzidos;
3. **A cocriação e estruturação de um conjunto de propostas de intervenção prioritária (aquí chamadas “Missões de Desenvolvimento Social”) fortemente operacionalizáveis** e capazes de gerar níveis acrescidos de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo, com base em dinâmicas transformadoras, a nível intersetorial, e na cooperação a diferentes escalas territoriais.

Durante este processo, foram adotadas abordagens e ferramentas inovadoras, colaborativas e com forte caráter prático, interativo e iterativo, procurando a mobilização de competências e a promoção de dinâmicas com tradução em resultados concretos, a partir dos quais fosse possível estabelecer um quadro lógico subjacente ao Plano de Desenvolvimento Social.

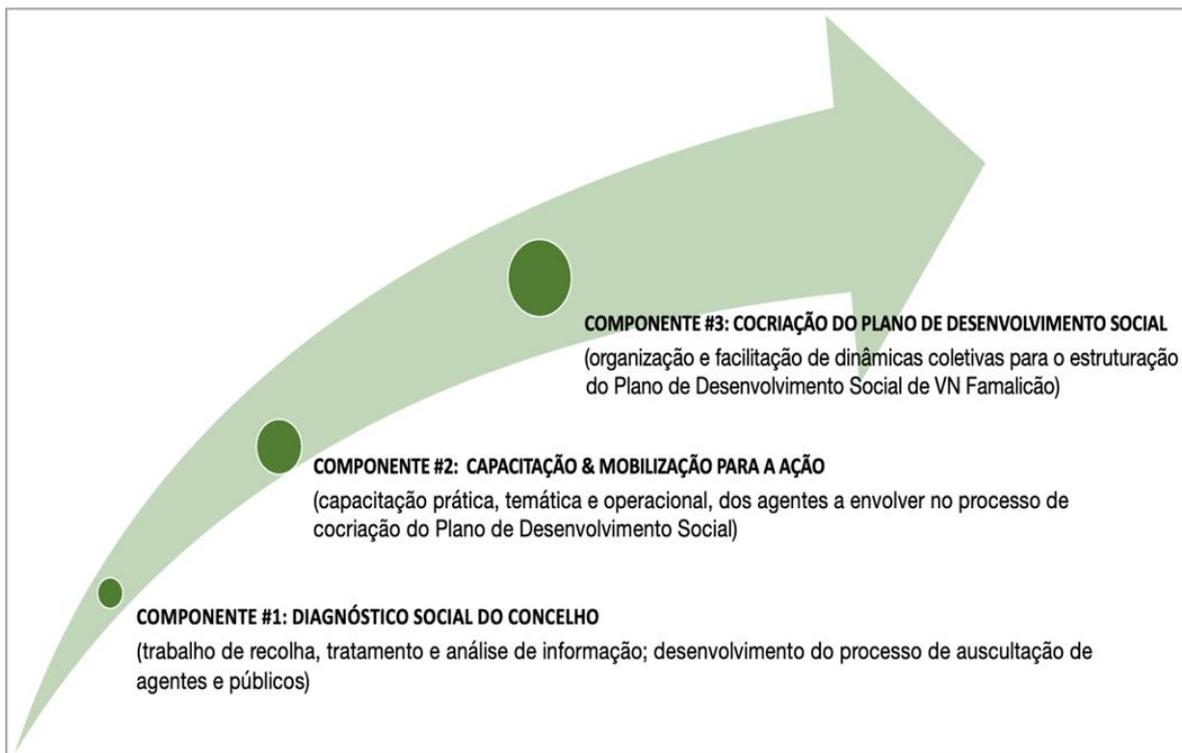
A figura abaixo identifica as principais dimensões do processo desenvolvido em Vila Nova de Famalicão, processo que envolveu agentes públicos e privados de cariz diverso, privilegiando uma clara orientação para a sua capacitação e mobilização, de forma a garantir uma participação ativa e efetiva ao longo do mesmo, bem como a preparar as melhores condições para a futura execução dos eixos estratégicos e das missões de desenvolvimento social planeadas.

Figura 1 - Dimensões principais do processo de concepção e cocriação do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão



As atividades desenvolvidas para a materialização desta abordagem envolveram tarefas de diferente natureza, desde a recolha e tratamento de informação, até à análise, a reflexão, a capacitação e a cocriação. As tarefas em causa organizaram-se em torno de três momentos e componentes de atuação principais, tal como consta da figura seguinte.

Figura 2 - Componentes e tarefas principais contempladas no processo de concepção e cocriação do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão



De forma sintética, pode salientar-se que, no âmbito da atualização do **Diagnóstico Social** de Vila Nova de Famalicão, foi desenvolvido um amplo processo de auscultação, envolvendo as diferentes Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF) existentes neste concelho. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas aprofundadas a agentes relevantes do ecossistema social local, nomeadamente, representantes da Segurança Social, da Saúde, da Educação/Formação e do Emprego, bem como elementos de setores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que interagem direta e regularmente com a Divisão de Desenvolvimento Territorial e Associativismo.

Foi igualmente elaborado um **Dashboard Socioterritorial** contendo uma abordagem detalhada (de natureza sobretudo quantitativa) à evolução social do concelho na última década. No sentido de facilitar o acesso a esta informação, e com base na mesma, foi igualmente produzido um **Guia de Acesso Rápido**, que materializa de forma mais evidente a componente comunicacional do processo, ao facilitar a leitura e interpretação da informação mais relevante por parte de um grupo mais alargado de agentes e da comunidade em geral.

Depois, no que respeita à componente da **Capacitação e Mobilização para a Ação**, foi promovida a sensibilização e disseminação de conhecimento relevante sobre temas fundamentais do Diagnóstico Social (**Ciclo de Webinars**), bem como a capacitação em torno de práticas centradas em domínios que se mostraram relevantes para o contexto social local e para projetar a intervenção futura (**Ciclo de Workshops**). No que concerne ao Ciclo de *Webinars*, foram abordadas as seguintes temáticas:

- Envelhecimento e Demografia;
- Demência e Prestação de Cuidados;
- Qualificações e Emprego;
- Inclusão de Pessoas com Deficiência;
- Intervenção nas Dependências;
- Acolhimento e Integração de Imigrantes.

Quanto aos *Workshops* de Capacitação, considerando as alavancas instrumentais que se anteciparam como mais necessárias no contexto territorial em causa, foram abordados três temas:

- Participação Cidadã;
- Inovação Social;
- Inclusão Digital.

Por fim, conhecido o enquadramento estratégico e de políticas, assim como o contexto social de partida, avançou-se para a constituição e mobilização de uma plataforma

colaborativa, assente no uso de metodologias participativas e de ferramentas ágeis (conforme se detalhará no ponto 4.1 deste documento). Neste âmbito, foram realizadas **duas oficinas de trabalho**, envolvendo mais de 30 agentes locais, no quadro das quais foram identificados e selecionados os domínios de intervenção prioritária e os principais desafios sociais a considerar e definidas e estruturadas as Missões de Desenvolvimento Social a considerar no Plano.

Em jeito de síntese, considera-se que o processo de trabalho desenvolvido constituiu, em si mesmo, um importante resultado da abordagem materializada, quer pelo capital social que permitiu gerar, quer, sobretudo, pela apropriação das propostas que surgem contidas neste documento, bem como pela corresponsabilização que da mesma decorre quanto à futura operacionalização e execução do Plano. Procurou-se, assim, garantir maiores condições para o sucesso da respetiva concretização, tendo sido igualmente criadas as dinâmicas e a agência necessárias para a sua adaptação e ajustamento, em face de um contexto social que se sabe ser atravessado por processos de acelerada transformação.



Diagnóstico Social Municipal: Elementos de Síntese



3. Diagnóstico Social Municipal: Elementos de Síntese

Neste ponto, são apresentados de forma sintética os principais resultados do trabalho de análise da evolução da situação social de Vila Nova de Famalicão contidos no Diagnóstico Social Municipal. Construído em diálogo com o conteúdo do Dashboard Socioterritorial que o acompanhou, o Diagnóstico Social de Vila Nova de Famalicão propõe uma leitura das dimensões fundamentais do perfil social do Município à luz, por um lado, da respetiva evolução entre 2011 e 2021 (anos de realização dos dois últimos Censos) e, por outro lado, de uma leitura comparativa que analisa o posicionamento de Vila Nova de Famalicão face ao respetivo enquadramento regional (NUT II e NUT III) e face ao contexto nacional (Portugal continental). A síntese proposta é depois declinada à escala intramunicipal, com o propósito de proceder à identificação e objetivação de tendências e fenómenos relevantes observáveis ao nível das freguesias (consideradas ora de forma isolada, ora no quadro das CSIF em que se inserem). Remetendo-se os aprofundamentos empíricos e analíticos sobre a evolução da situação social concelhia para a consulta do Diagnóstico Social e do Dashboard Socioterritorial, recupera-se neste ponto do presente documento a leitura, apresentada de forma necessariamente breve, acerca dos eixos de intervenção consolidada e a prosseguir que o Diagnóstico Social identificou, bem como a referência aos desafios emergentes e domínios de aprofundamento e transformação da ação identificados naquele recurso da Rede Social de Vila Nova de Famalicão.

Assim, no plano da intervenção consolidada ao longo dos últimos anos, e que a Rede Social de Vila Nova de Famalicão deve procurar prosseguir e qualificar, destacam-se os seguintes domínios de atuação prioritária:

- **Envelhecimento populacional e qualidade de vida das pessoas idosas e suas cuidadoras**

Considerando o processo de envelhecimento populacional observado na última década em Vila Nova de Famalicão, bem como a persistência de processos de exclusão social afetando pessoas idosas e suas famílias (ver, a propósito, o *Diagnóstico Social*, pp. 10-12, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 11-24), a intervenção neste âmbito assume importância central em Vila Nova de Famalicão. Com efeito, estamos perante um setor de intervenção amplo e consolidado, que reúne respostas sociais de tipologia diversa direcionadas especificamente para pessoas idosas, e disseminadas por todo o território municipal, a que crescem projetos e iniciativas, o mais das vezes de base comunitária, orientados quer para a colmatação das necessidades deste grupo etário e social (em matéria de saúde e cuidados básicos, promoção social e cultural, combate ao isolamento, promoção de competências essenciais, etc.), quer, cada vez mais, para

a orientação, suporte e capacitação das pessoas, familiares ou outras, que se dedicam ao cuidado dos mais velhos.

- **Qualidade de vida das famílias, proteção das crianças e jovens e igualdade de oportunidades e de género**

Enquanto território com forte dinamismo económico e social, e que pretende manter e ampliar a respetiva atratividade, preservando e reforçando o perfil demográfico relativamente jovem que o caracteriza, ao mesmo tempo que garante o reforço da coesão do seu tecido social, o Município de Vila Nova de Famalicão observa desafios relevantes em matéria de melhoria das condições e de reforço da qualidade de vida das famílias residentes (ver, a propósito, o *Diagnóstico Social*, pp. 10-13, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 6-10; 14-27). A promoção da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, o apoio aos rendimentos das famílias com menores recursos e a colmatação de situações de carência alimentar, a proteção das crianças e jovens e o combate à pobreza infantil, o acompanhamento próximo das situações de maior vulnerabilidade e risco social e a prevenção e combate à violência doméstica e de género são – não surpreendentemente – dimensões relevantes da intervenção social e comunitária promovida neste Município pelas entidades da Rede Social.

- **Educação e formação**

Os domínios da educação e formação são objeto, em Vila Nova de Famalicão, de uma ação diversificada, consistente e consolidada, liderada pelo Município, que há vários anos vem contribuindo para a intensificação e qualificação do papel e atuação da ampla rede de parceiros existente no território, com resultados reconhecidos no que respeita à elevação da generalidade dos indicadores de escolarização e qualificação observáveis localmente. Não obstante, persistem desafios relevantes em matéria de convergência com os municípios e regiões mais qualificadas, bem como em domínios específicos, como a qualificação dos mais velhos ou a valorização e promoção da aprendizagem ao longo da vida (ver, sobre este tópico, o *Diagnóstico Social*, pp. 13-14, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 28-31).

- **Emprego e qualificações**

Ainda que a segunda década do século XXI tenha observado um decréscimo da taxa de desemprego registada em Vila Nova de Famalicão, e mesmo que os primeiros anos da terceira década deste século continuem a verificar uma situação relativamente favorável dos indicadores de emprego – a que se juntam dados positivos em matéria de evolução do nível de qualificações da população residente –, facto é que este território continua a configurar uma realidade vulnerável face a flutuações económicas, flutuações que, em conjuntura recessiva, se traduzem invariavelmente em significativos aumentos do volume de ativos desempregados (ver, a propósito, o *Diagnóstico Social*, pp. 14-15, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 32-34). Acrescem a este facto a circunstância de as qualificações da população ativa serem, sobretudo no

caso das gerações mais velhas, relativamente baixas e a persistência, em diversos contextos comunitários, de segmentos de população em situação de inatividade, subemprego ou desemprego de longa duração.

- **Inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade**

A Rede Social de Vila Nova de Famalicão confere significativa atenção à intervenção em prol da inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade. As dimensões da intervenção neste âmbito são múltiplas – referem-se à provisão de respostas sociais diversas, à promoção da formação e do emprego, ao fomento da participação cultural e cívica, à capacitação de profissionais e de cuidadores informais e familiares, à garantia de transportes e acessibilidades, entre outras –, subsistindo, porém, desafios relevantes à ação quotidiana dos agentes e entidades que operam no território (ver, sobre este assunto, o *Diagnóstico Social*, pp. 11-12, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 14-24).

- **Saúde, dependências e estilos de vida saudáveis**

Um dos efeitos da pandemia da COVID-19 foi a reafirmação da saúde enquanto domínio inescapável da intervenção social e comunitária. Quer se trate da promoção da saúde física, nas suas diferentes vertentes, quer se trate – e aqui com relevância crescente – da promoção da saúde mental, as entidades que compõem a Rede Social de Vila Nova de Famalicão coincidem na necessidade de aprofundar, qualificar e coordenar a atuação neste âmbito, incluindo no plano da prevenção e confrontação dos comportamentos aditivos e dependências e no plano da promoção e valorização de estilos de vida saudáveis (ver, a este propósito, o *Diagnóstico Social*, p. 15, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 35-38).

- **Integração de minorias étnicas, migrantes e grupos especialmente vulneráveis**

A intervenção desenvolvida junto de minorias étnicas residentes no concelho, com destaque para as comunidades ciganas, bem como junto de grupos sociais especialmente vulneráveis e marginalizados, como o é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo, coloca desafios relevantes às entidades que integram a Rede Social de Vila Nova de Famalicão. Muito distinta destas, a realidade mais recente da chegada a este território de um grande número de novos residentes traz desafios adicionais àquela intervenção, sobretudo quando os agentes locais se veem confrontados com situações de emergência e/ou de grande desproteção económica e social, muitas vezes acentuadas pela distância cultural, linguística e identitária (ver, sobre estes assuntos, o *Diagnóstico Social*, pp. 6-10, e o *Dashboard Socioterritorial*, pp. 14-27).

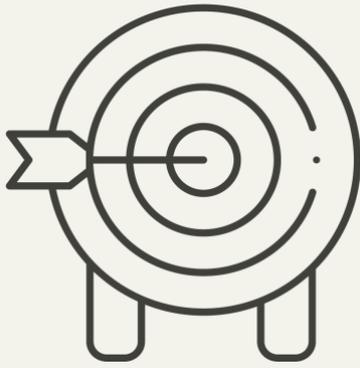
Para além dos domínios de intervenção consolidada da Rede Social de Vila Nova de Famalicão, crescem desafios e áreas de aposta, configurando domínios de aprofundamento, inovação e transformação da ação, que o passado recente e o cenário

prospetivo desenhado pela situação atual sugerem dever merecer especial atenção da parte dos atores locais, no horizonte de 2030.

Relevam, neste plano, os seguintes cinco domínios ou áreas de aposta, identificados pelos agentes e entidades auscultados no quadro do processo de atualização do Diagnóstico Social de Vila Nova de Famalicão a propósito de dinâmicas sociais emergentes observadas no conjunto do território municipal:

- i) **Prevenção e promoção da saúde mental e comunitária**, domínio de carácter transversal, implicando âmbitos, promotores, ações e destinatários de natureza muito diversa (contextos escolares e comunidades educativas, pessoas idosas e pessoas dependentes, cuidadores profissionais e familiares, setores e atividades profissionais de risco, pessoas especialmente vulneráveis ou em situação de isolamento social, entre outros).
- ii) **Acolhimento e integração de migrantes e valorização da interculturalidade**, respondendo ao crescimento recente do número de recém-chegados ao concelho e correspondendo a desafios de sustentabilidade impostos pela evolução demográfica (com intervenções de natureza multifacetada promotoras da interculturalidade, facilitadoras do acolhimento e integração escolar, formativa, profissional, cultural e cívica dos imigrantes e suas famílias e preparadas para responder a situações de emergência ou especial desproteção e vulnerabilidade).
- iii) **Desenvolvimento de respostas sociais, de acolhimento e habitacionais para indivíduos e grupos especialmente vulneráveis e em risco**, permitindo uma ação rápida de estabilização da situação pessoal e/ou familiar e o posterior desenvolvimento de formas integradas e coordenadas de intervenção social e/ou terapêutica, em casos de carência económica extrema ou imprevista, situações de desalojamento, violência ou dependência de substâncias ou outras circunstâncias.
- iv) **Promoção do envelhecimento bem-sucedido, reforço dos laços sociais e comunitários e capacitação dos cuidadores**, projetando e experimentando novas formas de organização, gestão e promoção de respostas e serviços (centros de dia, centros comunitários e centros de convívio reforçados, serviços de apoio domiciliário de nova geração e soluções habitacionais de novo tipo), disseminando e alargando boas práticas, promovendo a organização e animação comunitária, apoiando e capacitando os cuidadores informais e familiares e garantindo o robustecimento e a qualificação da ação das instituições e dos seus profissionais.
- v) **Valorização e desenvolvimento de competências e fomento da aprendizagem ao longo da vida**, visando colmatar hiatos intergeracionais, mantendo ou recuperando pessoas para a esfera do emprego, através da sua (re)qualificação, promovendo o acesso a recursos e o desenvolvimento de

competências essenciais para a vida, incluindo competências digitais, designadamente por parte dos mais velhos, e inclusive entre profissionais do setor social, e fomentando o envolvimento de todos os cidadãos na vida comunitária e a sua participação nas esferas cultural, cívica e associativa.



Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão 2023-2030

4. Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão 2023-2030

Nos pontos seguintes, descrevem-se os principais elementos que constituem o Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão para o período 2023-2030.

Assim, começa-se pela explicitação da abordagem metodológica e processual adotada na construção do Plano, incluindo menção aos motivos que determinaram a opção por um processo de planeamento fundamentalmente focado na ação estratégica, em detrimento de uma abordagem de planeamento mais clássica.

Posteriormente, avança-se com a descrição da arquitetura estratégica e operacional do Plano, identificando-se e caracterizando-se, num primeiro momento, os Eixos Estratégicos que organizam e sustentam a proposta de desenvolvimento social avançada e detalhando-se, depois, os elementos que constituem e descrevem as Missões de Desenvolvimento Social que corporizam a ação estratégica proposta.

O presente capítulo termina com uma reflexão breve sobre aspetos-chave que devem ser contemplados no redesenho e concretização do modelo de governação da Rede Social neste período de planeamento, bem como na estratégia de monitorização e avaliação do Plano.

4.1. A Abordagem Adotada

Considerando a abordagem geral que estruturou o presente trabalho, e que o ponto 2 deste documento descreve sucintamente, importa agora especificar o processo e os trabalhos realizados em matéria de concretização desta última fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

Ciente da existência, no Município de Vila Nova de Famalicão, de forte capacidade organizacional, técnica e prática no domínio da intervenção social e comunitária, traduzida, aliás, na “existência de uma inteligência coletiva de prática, com conhecimento para a execução e com capacidade de iniciativa, assente num capital social de micro relações e interconhecimento, com relevante capacidade de atração e mobilização para a realização”¹, a abordagem adotada na construção do Plano de Desenvolvimento Social 2023-2030 procurou identificar um conjunto de desafios sociais partilhados e assumidos coletivamente, com base nos quais se tornou possível estabelecer um processo de cocriação de respostas e de metas, visando, em especial:

¹ *Estratégia Famalicão.30*, pág. 122

- Alinhar os agentes do ecossistema de desenvolvimento social de Vila Nova de Famalicão em torno dos principais desafios sociais no curto e médio prazos;
- Cocriar e estruturar um conjunto de propostas de intervenção localmente relevantes e fortemente operacionalizáveis (“Missões de Desenvolvimento Social”);
- Mobilizar dinâmicas colaborativas ao nível da Rede Social de Vila Nova de Famalicão, reforçando a sua capacidade de ação coletiva e a dos seus agentes, individualmente.

Neste sentido, e com base nas principais conclusões resultantes do Diagnóstico Social, atrás sinteticamente recuperadas, foram desenvolvidas duas metodologias colaborativas, que seguidamente são apresentadas de forma resumida. Com base na sua concretização, foi possível estruturar a proposta de Plano apresentada mais à frente neste documento.

O trabalho realizado começou pelo desenvolvimento de um processo de reflexão estratégica, baseado na metodologia “Três Horizontes”, a partir da qual:

- (i) *se revisitou e promoveu uma reflexão conjunta sobre o diagnóstico social, identificando os principais problemas/desajustamentos existentes e as necessidades de intervenção mais relevantes;*
- (ii) *se procedeu à identificação e exploração das aspirações de futuro para o contexto social e de bem-estar em Vila Nova de Famalicão, no horizonte de 2030;*
- e (iii) *se exploraram propostas de desafios para a transição entre o contexto atual e o contexto desejado, em termos de desenvolvimento social.*

A figura seguinte apresenta o conjunto de dimensões-chave que serviram de orientação para exploração e reflexão coletiva no âmbito deste exercício.

Figura 3 - Dimensões-Chave de Reflexão



Daqui, resultou a priorização de um conjunto de desafios sociais que os agentes locais consideram merecedores de especial atenção no curto e médio prazos, bem como o estabelecimento de orientações para a estabilização dos temas em torno dos quais se poderiam estruturar “Missões de Desenvolvimento Social” em Vila Nova de Famalicão, tomando como referência, ainda e sempre, o horizonte de 2030.

A informação resultante deste primeiro momento de trabalho foi depois trabalhada e organizada com base na metodologia das “Missões de Inovação”². Estas:

- consistem em estratégias de desenvolvimento e inovação que identificam oportunidades para enfrentar desafios sociais relevantes, propondo intervenções que podem ajudar a superar esses desafios e delinear uma abordagem para as testar e coordenar;
- visam consolidar e criar mudanças transformadoras, dividindo os desafios sociais em componentes mais granulares, de forma que as ações concretas possam ser desenvolvidas;
- funcionam como mecanismos que ajudam a direcionar múltiplos *stakeholders* para um entendimento comum sobre como resolver esses desafios sociais de forma colaborativa;
- e compõem um portefólio de intenções/ações e experiências que aponta diversos caminhos, oferecendo diversas soluções para atingir os objetivos pretendidos.

A opção pela adoção desta metodologia assentou no facto de ser hoje cada vez mais relevante construir quadros de ação estratégica ágeis, que permitam adaptar e ajustar, de forma regular, as intervenções a realidades em permanente transformação, sendo então fundamental, mais do que estabelecer quadros formais de intervenção, estabelecer plataformas de entendimento partilhado e de ação colaborativa, capazes de se ajustarem a contextos sociais emergentes.

Aplicada ao desenvolvimento social dos territórios, a metodologia das “Missões de Inovação” permite estabelecer um quadro de ação amplo, flexível e fortemente operacional, oferecendo, neste caso, à Rede Social de Vila Nova de Famalicão e às entidades que integram o Conselho Local de Ação Social uma maior margem de manobra estratégica e de capacidade operacional para ir definindo e gerindo as respetivas prioridades e processos concretos de intervenção, através da elaboração de Planos de Ação bianuais ou trianuais e da monitorização das realizações e resultados do Plano de Atividades de cada ano.

² Cf. Mazzucato, M & Dibb, G. (2019). *Missions: A beginner's guide*. UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Policy Brief series (IIPP PB 09).

4.2. Os Eixos Estratégicos

A reflexão estratégica e as dinâmicas colaborativas desenvolvidas e anteriormente detalhadas permitiram identificar dois eixos estratégicos principais, em torno dos quais se propõe a estruturação do desenvolvimento social de Vila Nova de Famalicão no horizonte de 2030:

E1. Rede Social e Governança para a Resiliência

E2. Território de Inclusão Social

Trata-se de duas orientações estratégicas abrangentes, mas, ao mesmo tempo, focadas nos desafios que constituem e/ou que se antecipa que venham a constituir áreas prioritárias de intervenção social e comunitária neste contexto particular.

Assim, enquanto o Eixo E1 (*Rede Social e Governança para a Resiliência*) se centra fundamentalmente nas atuações que resultam necessárias ao nível da melhoria da eficiência e da eficácia da atuação do ecossistema social local, assim como da criação das condições organizativas e de funcionamento que o mesmo deverá assegurar num contexto de mudança cada vez mais dinâmico, o Eixo E2 (*Território de Inclusão Social*) foca-se sobretudo na definição e estruturação das políticas e intervenções temáticas que permitirão consolidar e potenciar Vila Nova de Famalicão como um Município que oferece um elevado nível de coesão social e territorial e de bem-estar, sustentado numa comunidade com maior capacidade de resiliência e que promove e valoriza a inclusão social como um dos seus pilares de desenvolvimento.

De forma mais específica, o Eixo E1 procura não só potenciar e qualificar todo o histórico de trabalho em parceria e as práticas de cooperação que têm vindo a ser concretizadas no Município, designadamente através da Rede Social, como ainda avançar na experimentação de novos modelos de intervenção e de inovação social, de forma a aumentar a capacidade de resposta do ecossistema social local em contextos de incerteza e transformação.

Para tal, prioriza as seguintes três dimensões principais:

- por um lado, a consolidação da Rede Social, em termos da sua organização, funcionamento e capacitação, preparando-a e ativando-a como plataforma direcional para enfrentar e abordar novos desafios e ações que se antecipam mais exigentes e complexos;
- por outro lado, a promoção de uma maior articulação entre dinâmicas de carácter institucional e técnicas, numa lógica de mudança partilhada e de alinhamento de propósitos entre as diferentes escalas de intervenção (equipas, organizações e contexto local);
- e, por fim, o fomento de uma maior ambição e capacidade de ação, abordando novos desafios, modelos e formas de intervenção social.

No que respeita ao Eixo E2, e tal como antecipado e preconizado no Diagnóstico Social, trata-se de potenciar e qualificar a atuação em áreas e setores específicos da intervenção social e comunitária promovida em Vila Nova de Famalicão, abrindo, igualmente, caminho ao aprofundamento do trabalho em domínios considerados emergentes ou que se antevê que venham a adquirir relevância no território municipal no curto e médio prazos.

Os desafios pretendem-se, em particular, com:

- o combate à vulnerabilidade e à pobreza das famílias, com especial atenção à situação das crianças e jovens;
- a promoção do envelhecimento ativo e saudável e da qualidade de vida das pessoas idosas e suas cuidadoras;
- a promoção da saúde mental e comunitária;
- a valorização e a inclusão ativa das pessoas com deficiência e/ou incapacidades;
- o acolhimento e a integração de migrantes e suas famílias;
- e a qualificação da intervenção no âmbito das dependências, visando a inclusão dos respetivos destinatários.

4.3. As Missões de Desenvolvimento Social

Cada um dos objetivos estratégicos anteriormente definidos consubstancia-se num conjunto de Missões de Desenvolvimento Social, que se estruturam em torno dos elementos que a figura seguinte explicita.

Figura 4 - Componentes e conteúdos que estruturam as Missões de Desenvolvimento Social



O trabalho colaborativo desenvolvido permitiu identificar, priorizar e estruturar as nove Missões de Desenvolvimento Social que a tabela abaixo sumariza e organiza em termos da sua integração e contributo para os dois Eixos Estratégicos considerados.

Eixo Estratégico	Missão de Desenvolvimento Social	Propósito/Racional Estratégico
E1. Rede Social e Governança para a Resiliência	M1.1. Consolidar a Rede Social de Vila Nova de Famalicão	Organizar, capacitar e alinhar a intervenção dos agentes da Rede Social de Vila Nova de Famalicão, com base em níveis acrescidos de compromisso, de comunicação e de cooperação.
	M1.2. Promover Novos Modelos de Cuidado	Inovar e qualificar o setor dos cuidados, nas suas múltiplas vertentes, promovendo a personalização e a humanização das formas da sua prestação, partilhando e rentabilizando recursos e assegurando níveis mais elevados de bem-estar de pessoas cuidadas e suas cuidadoras.
	M1.3. Dinamizar Processos e Iniciativas de Inovação Social	Alargar a intervenção social a novos agentes e capacitar o ecossistema social local para novos modelos de ação e de prática inovadores.
E2. Território de Inclusão Social	M2.1. Combater a Vulnerabilidade e a Pobreza das Famílias e, em particular, das Crianças e Jovens	Combater e reduzir as desigualdades e a pobreza, atacando os seus efeitos e as suas causas, de forma multidisciplinar e plurifacetada, com foco na qualificação da intervenção junto das famílias e, em especial, das crianças e jovens.
	M2.2. Promover o Envelhecimento Ativo, Saudável e Bem-Sucedido	Garantir níveis crescentes de bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas e suas famílias e cuidadores, através de uma ação qualificada, próxima, multifacetada e promotora da intergeracionalidade.
	M2.3. Promover a Saúde Mental e Comunitária	Identificar, caracterizar e conhecer a situação da doença mental em Vila Nova de Famalicão e reforçar a atuação em

		matéria de prevenção da doença e de promoção da saúde mental, apostando na criação e desenvolvimento de novos programas e respostas, na educação para a saúde e na intervenção realizada com e nas comunidades.
	M2.4. Incluir as Pessoas com Deficiência ou Incapacidades, qualificando os Modelos de Intervenção	Promover a inclusão social de pessoas com deficiência e/ou incapacidades, através da intervenção nos domínios da educação/formação, do emprego e do acesso a rendimentos e serviços e da provisão de novas formas de apoio às respetivas famílias.
	M2.5. Acolher e Integrar Migrantes e suas Famílias	Favorecer o acolhimento e a integração económica, social, educativa, cultural e cívica dos migrantes e suas famílias, promovendo a interculturalidade e a coesão social.
	M2.6. Consolidar e Qualificar os Modelos de Intervenção Social, Educativa e Terapêutica no âmbito das Dependências	Prevenir e confrontar as situações de adição e dependência, assegurando a inclusão social das pessoas dependentes, através da mobilização de respostas e modelos de intervenção mais integrados, personalizados e humanizados.

Uma vez apresentada a arquitetura estratégica do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão no horizonte de 2030, apresentam-se seguidamente as fichas relativas a cada uma das Missões identificadas e priorizadas pelos atores envolvidos no processo de cocriação deste instrumento de planeamento da Rede Social.

MISSÃO 1.1: CONSOLIDAR A REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de novos desafios, de novas missões e de novas ações exige uma Rede Social mais organizada, consolidada e capacitada para a ação coletiva; • Revela-se necessário promover uma melhor e mais equilibrada articulação entre o foco comunitário e associativo e o foco técnico associados à organização e ação da Rede; • Será necessário promover um maior compromisso de participação por parte dos membros da Rede Social, condição necessária para que a Rede assuma uma lógica de mudança partilhada; • A Rede Social e a sua ação 	<ul style="list-style-type: none"> • 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • IPSS Locais • ONG Locais • “Qualificadores” das CSIF • Entidades da área da Saúde (incluindo as Farmácias, para além das entidades centrais do setor) • Instituições de Ensino Superior e Escolas/Agrupamentos de Escolas • Tecido Empresarial Local (empresas, empreendedores e associações empresariais) • Empreendedores sociais • (...) 	<p>a.1.1.1. Reforçar a organização geral da Rede Social, articulando a sua dimensão institucional e territorial (CLAS e CSIF) com a transversalidade das temáticas em que intervém (grupos de trabalho setoriais e respetivos “Qualificadores”);</p> <p>a.1.1.2. Criar/Reativar o Fórum Social e Comunitário de VNF como plataforma de comunicação e visibilidade externa;</p> <p>a.1.1.3. Criar Grupos de Trabalho Técnico em domínios relevantes para a intervenção social local (ex.: partilha de boas práticas entre organizações; capacitação e formação; avaliação; <i>benchmarking</i>; etc.);</p> <p>a.1.1.4. Criar uma “Agenda Social”, funcionando como instrumento de comunicação interna da Rede Social e de facilitação da ação colaborativa (ex.: partilha de recursos técnicos e humanos; informação sobre iniciativas; ofertas formativas; etc.);</p> <p>a.1.1.5. Apostar num programa de capacitação em áreas específicas (ex.: apoio à</p>

<p>precisam de reforçar mecanismos de comunicação interna e de ganhar visibilidade e reconhecimento externos.</p>			<p>gestão de organizações sociais; liderança; <i>marketing</i> social; etc.);</p> <p>a.1.1.6. Desenvolver um Programa de Promoção do Voluntariado, incluindo informação, sensibilização e capacitação de diferentes públicos;</p> <p>a.1.1.7. Reforçar o envolvimento e participação das empresas na Rede Social.</p>
---	--	--	---

MISSÃO 1.2: PROMOVER NOVOS MODELOS DE CUIDADO

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A complexificação das necessidades e demandas dos diferentes grupos sociais coloca pressão crescente sobre o setor dos cuidados; novas exigências exigem novos modelos de organização e atuação neste domínio; • Os modelos “típicos” ou “tradicionais” revelam insuficiência ou mesmo desadequação; • Importa reforçar a multidisciplinaridade, a flexibilidade, a personalização e, sobretudo, a humanização dos cuidados, centrando atenções na pessoa cuidada, mas atendendo também ao bem-estar das respetivas famílias e das pessoas que 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (Saúde de Qualidade) • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) • 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Segurança Social • Entidades do setor da Saúde (incluindo as Farmácias, para além das entidades centrais do setor) • IPSS Locais • ONG Locais • “Qualificadores” das CSIF • Empreendedores sociais • Destinatários e suas famílias, incluindo representantes do movimento associativo • EM Portugal Inovação Social • Outros agentes e entidades financiadores de projetos de experimentação e inovação social 	<p>a.1.2.1. Investir em modelos de experimentação que visem a modernização dos serviços de apoio domiciliário (“SAD de nova geração”), juntando à atuação típica destas respostas novas componentes de intervenção (em matéria de saúde e psicossocial, no plano lúdico-cultural e educativo, etc.);</p> <p>a.1.2.2. Constituir e capacitar equipas multidisciplinares “móveis” para a identificação mais célere de problemas e necessidades sociais e a provisão de respostas de proximidade, ágeis e personalizadas;</p> <p>a.1.2.3. Desenvolver respostas de apoio psicossocial e terapêutico mais individualizadas no domínio das adições, em ambiente de acolhimento renovado e com envolvimento da comunidade no suporte da transição para a autonomia (“espaços de transição humanizados”);</p> <p>a.1.2.4. Criar o banco de recursos e a</p>

<p>cuidam (formais ou informais);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao mesmo tempo, é necessário apostar em modelos de intervenção ligados aos territórios e às comunidades e que sejam capazes de assegurar a articulação interinstitucional e o uso mais eficiente dos recursos, através da sua partilha e da rentabilização/otimização do uso daquilo que está disponível em cada contexto e em cada momento. 		<ul style="list-style-type: none"> • (...) 	<p>plataforma digital de identificação de respostas e envolver os agentes e entidades da Rede Social na sua utilização e atualização permanente;</p> <p>a.1.2.5. Promover a capacitação e valorizar as condições de exercício da atividade dos cuidadores formais/profissionais (incluindo em matéria de promoção da saúde mental e do autocuidado e bem-estar - “modelo de cuidado para trabalhadoras da área social”);</p> <p>a.1.2.6. Apoiar os agentes sociais ao nível da gestão (apoio jurídico; elaboração de candidaturas; etc.) e desenvolver um programa de comunicação e partilha de exemplos e casos de sucesso;</p> <p>a.1.2.7. Ampliar e aprofundar iniciativas de capacitação e apoio de cuidadores informais e familiares;</p> <p>a.1.2.8. Modernizar e articular o funcionamento das “lojas sociais”, valorizando o conceito de “economia circular” e associando ao seu funcionamento uma dimensão educativa/formativa complementar.</p>
--	--	--	---

MISSÃO 1.3: DINAMIZAR PROCESSOS E INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A realidade da intervenção impõe a abordagem de novos desafios e o desenvolvimento de novas experiências de trabalho social e comunitário; • Importa, neste sentido, contribuir para a capacitação da Rede e dos seus agentes, para que se possa fazer diferente e fazer melhor; • Há que potenciar, escalar e ampliar respostas sociais “atípicas” com sucesso verificado e validado; • Há também que explorar novos modelos e fontes de financiamento para projetos de inovação social; • A inovação social impõe a promoção da mudança de “mentalidades” e de rotinas e práticas nas organizações 	<ul style="list-style-type: none"> • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) • 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Startups</i> e empresas locais, com especial ênfase na sua colaboração para a capacitação de organizações sociais • CM VNF • ONG locais • IPSS locais • EM Portugal Inovação Social • Investidores sociais (locais e outros) • (...) 	<p>a.1.3.1. Criar o “Made IN Social” (apoio e promoção do empreendedorismo e do intraempreendedorismo social);</p> <p>a.1.3.2. Criar um programa de capacitação para a inovação social (incluindo lideranças e responsáveis técnicos das organizações sociais);</p> <p>a.1.3.3. Promover a transição de modelos de responsabilidade social para a inovação social corporativa junto da base empresarial;</p> <p>a.1.3.4. Dinamizar concursos de ideias para resposta a desafios/problemas sociais apresentados por organizações sociais locais;</p> <p>a.1.3.5. Criar um “Diretório” e sensibilizar para o acesso a fontes de financiamento para a inovação, investidores sociais, etc.;</p> <p>a.1.3.6. Apoiar os agentes sociais ao nível da gestão (apoio jurídico; elaboração de candidaturas; etc.);</p> <p>a.1.3.7. Dinamizar o domínio temático da</p>

sociais (ao nível das direções e ao nível técnico).			Inovação no âmbito do Fórum Social de VNF.
---	--	--	--

MISSÃO 2.1: COMBATER A VULNERABILIDADE E A POBREZA DAS FAMÍLIAS E, EM PARTICULAR, DAS CRIANÇAS E JOVENS			
DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A persistência de índices de desigualdade social elevados e a manutenção de focos de pobreza afetando as famílias e, em especial, as crianças e jovens impõem o reforço da aposta neste domínio; • Importa envolver mais agentes e entidades na identificação das situações de pobreza e vulnerabilidade e na provisão de respostas adequadas, preservando a privacidade e assegurando a dignidade das pessoas apoiadas; • A intervenção neste âmbito deve acudir às situações de emergência e de carência extrema, mas procurar assegurar respostas 	<ul style="list-style-type: none"> • 1 (Erradicar a Pobreza) • 2 (Erradicar a Fome) • 3 (Saúde de Qualidade) • 4 (Educação de Qualidade) • 5 (Igualdade de Género) • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Juntas de Freguesia (Presidentes e serviços de atendimento) • SAAS e Protocolos RSI • “Qualificadores” das CSIF • IPSS locais • ONG locais • Paróquias e outras organizações religiosas com implantação local • CPCJ • ACES • Escolas/Agrupamentos de Escolas • CLDS 	<p>a.2.1.1. Mobilizar o banco de recursos e a plataforma digital da área social para a otimização dos processos de gestão e disponibilização de ajuda alimentar e apoio em géneros;</p> <p>a.2.1.2. Reforçar o apoio direto às famílias mais vulneráveis, designadamente em matéria de acesso à saúde (apoio na obtenção de medicação, saúde infantil, saúde oral, ações de promoção da literacia em saúde, etc.);</p> <p>a.2.1.3. Prosseguir e aprofundar o trabalho desenvolvido por projetos como o CLDS 4G, de resposta ágil e próxima junto de ativos desempregados e grupos especialmente vulneráveis em matéria de acesso a emprego e rendimentos;</p> <p>a.2.1.4. Criar novas respostas de formação/qualificação para indivíduos especialmente vulneráveis e programas</p>

<p>consistentes e capazes de favorecer a rutura e a saída sustentada do ciclo da pobreza;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especial atenção deve ser dada, neste âmbito, à intervenção direta com as famílias, em especial com as que incluem crianças e jovens. 		<ul style="list-style-type: none"> • Centro Qualifica • (...) 	<p>locais de “emprego protegido”;</p> <p>a.2.1.5. Desenvolver ações de apoio à autonomização/transição para a vida ativa de jovens (incluindo medidas e respostas no plano do acesso à habitação e da provisão de alojamento);</p> <p>a.2.1.6. Desenvolver programas de educação e formação de adultos/pais, de forma a reforçar as relações famílias/escola;</p> <p>a.2.1.7. Desenvolver programas de educação para a saúde e de prevenção de dependências (de cariz diverso) em meio escolar, com envolvimento de toda a comunidade educativa;</p> <p>a.2.1.8. Promover o diagnóstico e criar novas respostas de apoio psicossocial e terapêutico para crianças e jovens em matéria de saúde mental;</p> <p>a.2.1.9. Criar programas de combate e prevenção da violência doméstica e de género, incluindo em meio escolar.</p>
---	--	---	---

MISSÃO 2.2: PROMOVER O ENVELHECIMENTO ATIVO, SAUDÁVEL E BEM-SUCEDIDO

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Num quadro de acentuado envelhecimento da população, importa apostar em novas respostas, voltadas para a autonomização e a valorização do percurso de vida das pessoas idosas e o <i>ageing in place</i>, em articulação com as respostas já existentes; • Esta aposta permitirá potenciar e escalar o perfil de respostas, indo para além da resposta às carências/necessidades mais prementes e “técnicas”; • Subjacente à intervenção a realizar deve estar o princípio do envolvimento das pessoas idosas e suas famílias na conceção e desenvolvimento da intervenção; 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (Saúde de Qualidade) • 4 (Educação de Qualidade) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Segurança Social • Entidades do setor da Saúde / ACES • Juntas de Freguesia • IPSS locais • ONG locais • Associações e coletividades locais • Paróquias e outras organizações religiosas com implantação local • Escolas e Agrupamentos de Escolas (promoção da intergeracionalidade) • Empresas e associações empresariais/profissionais (transição para a reforma) • Pessoas idosas e suas famílias e cuidadores, 	<p>a.2.2.1. Criar a figura do “provedor da pessoa idosa”, com responsabilidades no identificação de desafios, no encaminhamento de situações e na conceção de formas de melhoria das respostas;</p> <p>a.2.2.2. Dinamizar iniciativas de envolvimento e participação das pessoas idosas na idealização e promoção de novas respostas e serviços (“fóruns participativos”, etc.);</p> <p>a.2.2.3. Reforçar e alargar a todo o território as respostas de apoio e capacitação de cuidadores informais e familiares de pessoas idosas (ex.: “Cuidar Maior”);</p> <p>a.2.2.4. Criar um programa de acesso a recursos e de promoção de competências digitais de pessoas idosas;</p> <p>a.2.2.5. Criar um programa com empresas e associações empresariais/profissionais para preparação da transição da vida profissional para a idade da reforma;</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Importa ainda promover a mudança de paradigma de trabalho nas organizações sociais (ao nível de dirigentes e técnicos), sensibilizando-se para um foco de intervenção diferenciado e mais orientado para a prevenção e para a humanização dos cuidados; • A intervenção deve também procurar reforçar o trabalho em rede, numa lógica que privilegie as dinâmicas intergeracionais. 		<p>incluindo eventuais representantes associativos</p>	<p>a.2.2.6. Desenvolver e divulgar o programa das academias seniores e criar novas respostas em matéria de acesso à cultura.</p> <p>a.2.2.7. Dinamizar ações e/ou campanhas de sensibilização e combate ao idadismo, que incluam as pessoas idosas e favoreçam o seu reconhecimento social;</p> <p>a.2.2.8. Reforçar programas de prevenção da doença, de educação e literacia em saúde e iniciativas orientadas para os estilos de vida saudáveis, a atividade física e o lazer;</p> <p>a.2.2.9. Apoiar as organizações que trabalham com pessoas idosas na qualificação dos seus serviços e na experimentação e inovação social, incluindo através da capacitação de lideranças e pessoal técnico;</p> <p>a.2.2.10. Promover ações de consciencialização e sensibilização junto das pessoas idosas, famílias e comunidade em geral, no sentido da prevenção e combate à violência/maus-tratos.</p>
--	--	--	---

MISSÃO 2.3: PROMOVER A SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA

DESCRIÇÃO e JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A emergência de desafios de monta no plano da saúde mental impõe a criação de novas respostas e a capacitação das respostas existentes, respondendo às necessidades latentes e manifestas neste domínio; • Consequentemente, revela-se necessário aumentar o número de trabalhadores qualificados na área da saúde mental nas instituições sociais (psicólogos, psiquiatras), assim como melhorar as suas condições de trabalho; • Será igualmente importante atrair as empresas para compromissos nesta área, não só relativamente à promoção da saúde mental dos respetivos trabalhadores, mas também no apoio a iniciativas direcionadas para a comunidade em geral; 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (Saúde de Qualidade) • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Entidades do setor da Saúde / ACES • Juntas de Freguesia • “Qualificadores” das CSIF • IPSS locais • ONG locais • ONG e Associações de âmbito regional e nacional com intervenção específica neste setor • Escolas e Agrupamentos de Escolas • Ordem dos Psicólogos • <i>Startups</i> e Empresas locais • (...) 	<p>a.2.3.1. Realizar um balanço/diagnóstico e levantamento de necessidades nesta área e criar um grupo de trabalho no âmbito da Rede Social para aprofundar a articulação e a intervenção neste domínio;</p> <p>a.2.3.2. Organizar encontros entre os vários projetos/respostas, potenciando o trabalho em rede e a atuação em matéria de sensibilização e educação para a saúde (incluindo neste âmbito a sensibilização para a atenção à promoção da saúde mental nos diversos serviços e respostas sociais existentes);</p> <p>a.2.3.3. Criar um programa de apoio/incentivo à contratação, pelo tecido empresarial e organizações empregadoras, de profissionais qualificados nesta área;</p> <p>a.2.3.4. Fomentar a responsabilidade social das empresas, no sentido de se assegurar a continuidade das respostas, através do apadrinhamento de projetos;</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● Prevenir e atuar sobre problemas de saúde mental dos trabalhadores das instituições sociais deverá igualmente constituir uma prioridade; ● Releva ainda, neste âmbito, a promoção de maior articulação e comunicação entre entidades (entidades do SNS, instituições sociais e projetos em curso), assegurando momentos de reflexão conjunta e de construção de sinergias para a ação; ● Deverá também assumir-se uma aposta decidida na educação para a saúde mental, apostando no reforço da literacia de grupos específicos e da comunidade em geral, com o propósito de reforçar a prevenção e identificar situações que exijam apoio especializado. 			<p>a.2.3.5. Criar programas de promoção de saúde mental para profissionais de entidades da economia social e solidária (incluindo atividade física, atividades de encontro e partilha, atividades de relaxamento, etc.);</p> <p>a.2.3.6. Criar um equipamento/resposta (tipo “Centro Cívico”), de âmbito municipal, dedicado à formação/capacitação nesta área e a provisão de serviços neste domínio para profissionais da área e população em geral;</p> <p>a.2.3.7. Promover campanhas de sensibilização e educação para a saúde mental em contexto escolar, direcionadas para crianças e jovens e também para profissionais de educação.</p>
--	--	--	---

MISSÃO 2.4: INCLUIR AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADES, QUALIFICANDO OS MODELOS DE INTERVENÇÃO

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A inclusão de pessoas com deficiência e/ou incapacidades é um dos grandes desafios da intervenção em prol da coesão social; • A intervenção neste domínio exige investimento estável e ação continuada, em diferentes domínios, incluindo na saúde, educação, formação e promoção da empregabilidade e do emprego, etc.; • As respostas devem ser progressivamente ampliadas e qualificadas, para responder às exigências crescentes; • A intervenção deve ainda incluir informação e sensibilização, educação para a cidadania e um trabalho próximo com as famílias e 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (Saúde de Qualidade) • 4 (Educação de Qualidade) • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Segurança Social • Entidades do setor da Saúde / ACES • “Qualificadores” das CSIF • IPSS e ONG locais, em especial as que operam nesta área • ONG locais, em especial • Escolas e Agrupamentos de Escolas • <i>Startups</i> e Empresas locais • Associações empresariais e profissionais • (...) 	<p>a.2.4.1. Promover o reforço das equipas da educação inclusiva e dos centros de recursos de escolas e agrupamentos de escolas e melhorar a comunicação entre parceiros;</p> <p>a.2.4.2. Reforçar a comunicação sobre projetos de inclusão ativa existentes e reforçar programas nos domínios do desporto, cultura e lazer;</p> <p>a.2.4.3. Reforçar os recursos disponíveis, ampliar o acesso a Equipas Locais de Intervenção e apoiar as famílias no plano técnico, legal-administrativo e dos direitos (<i>advocacy</i>);</p> <p>a.2.4.4. Desenvolver respostas locais, educativas, lúdico-culturais e ocupacionais, para pessoas adultas com deficiência, em contexto não-formal e comunitário;</p> <p>a.2.4.5. Empreender uma nova abordagem à comunicação municipal e melhorar a acessibilidade a serviços e recursos no espaço digital (“Balcão Inclusivo”), promovendo também a edição de materiais e</p>

<p>cuidadores, reforçando a respetiva capacitação e os apoios prestados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O reforço da acessibilidade - física, digital, a recursos e serviços, etc. - continua a ser decisiva, devendo assegurar-se o envolvimento e a participação das pessoas com deficiência na definição das soluções que lhes são destinadas. 			<p>recursos acessíveis a pessoas com deficiência;</p> <p>a.2.4.6. Promover respostas de melhoria da acessibilidade a edifícios públicos e privados, equipamentos e espaços públicos, com envolvimento e participação das pessoas com deficiência e/ou incapacidades;</p> <p>a.2.4.7. Criar um programa de sensibilização e capacitação de profissionais de serviços públicos e sociais e outros, para qualificar o atendimento e o serviço prestado a pessoas com deficiência;</p> <p>a.2.4.8. Sensibilizar e envolver as empresas em programas de formação e integração profissional de pessoas com deficiência e/ou incapacidades;</p> <p>a.2.4.9. Manter e reforçar serviços de formação e promoção do emprego especializados, ágeis e próximos, orientados para a promoção do <i>matching</i> entre ativos e entidades empregadoras, o acompanhamento dos processos de integração profissional e a comunicação de exemplos de sucesso;</p> <p>a.2.4.10. Aprofundar e ampliar as respostas de apoio e capacitação de cuidadores informais e familiares.</p>
--	--	--	---

MISSÃO 2.5: ACOLHER E INTEGRAR MIGRANTES E SUAS FAMÍLIAS

DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • A chegada de um número crescente de imigrantes a Vila Nova de Famalicão cria um desafio adicional em matéria de promoção da coesão social; • Importa, pois, acolher os recém-chegados, que contribuem para a renovação do perfil demográfico do território e para responder a necessidades do tecido económico local, assegurando os seus direitos, promovendo a informação sobre deveres e responsabilidades e favorecendo as respetivas oportunidades sociais; • É necessário, neste âmbito, capacitar as organizações e profissionais envolvidos na intervenção a realizar neste âmbito e qualificar a sua atuação, favorecendo assim a 	<ul style="list-style-type: none"> • 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Juntas de Freguesia • IPSS locais • ONG locais (incluindo associações e entidades que representam migrantes) • IEFP • Centro Qualifica • Entidades do setor da Saúde / ACES • Associações e coletividades • Escolas e Agrupamentos de Escolas • Empresas (incluindo Empresas de Trabalho Temporário) e Associações Empresariais • Forças de segurança • (...) 	<p>a.2.5.1. Atualizar o “Manual de Acolhimento” e reforçar a sua divulgação, através de vários meios/entidades;</p> <p>a.2.5.2. Fortalecer parcerias com associações de imigrantes;</p> <p>a.2.5.3. Reforçar a mediação municipal intercultural e criar a figura do/a “gestor/a de caso”, com a função de desenvolvimento de ações ao nível preventivo, de integração comunitária e interventiva;</p> <p>a.2.5.4. Criar um programa de ações de informação/sensibilização e de promoção da interculturalidade (“Fórum” ou “Festa Intercultural”), para diferentes grupos, em diferentes contextos e através de diferentes meios;</p> <p>a.2.5.5. Reforçar a interação e articulação com entidades de regulação e fiscalização de diferentes setores e apostar na informação/sensibilização, visando a promoção da segurança;</p>

<p>integração de quem chega ao concelho, a interculturalidade e a coesão social.</p>			<p>a.2.5.6. Desenvolver ações de formação/qualificação especificamente orientadas para a inserção profissional de migrantes (com a preocupação de adaptação às respetivas características culturais e sociais de origem e em articulação com o tecido empresarial local);</p> <p>a.2.5.7. Criar um programa de promoção da interculturalidade em meio escolar e desenvolver iniciativas de favorecimento da integração escolar e cultural de crianças e jovens provenientes de famílias migrantes;</p> <p>a.2.5.8. Capacitar os responsáveis técnicos e os profissionais das equipas de terreno, no sentido reforçar a adequação das respostas (correspondendo à diversidade cultural e identitária e ao perfil de necessidades dos destinatários);</p> <p>a.2.5.9. Promover ações de informação e sensibilização junto das entidades de referência local (como meio de identificar situações de vulnerabilidade ou até ilegalidade e garantir a melhor integração dos migrantes e suas famílias).</p>
--	--	--	--

MISSÃO 2.6: CONSOLIDAR E QUALIFICAR OS MODELOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL, EDUCATIVA E TERAPÊUTICA NO ÂMBITO DAS DEPENDÊNCIAS

DESCRIÇÃO e JUSTIFICAÇÃO	ODS - AGENDA 2030	STAKEHOLDERS A MOBILIZAR	PORTEFÓLIO DE AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Importa encarar o problema das dependências como sistémico, isto é, exigindo intervenção ao nível familiar, comunitário, social, terapêutico, etc.; • Revela-se também necessário combater a estigmatização generalizada das pessoas com dependências; • Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer e atuar sobre “novas” dependências ou dependências cuja incidência cresce (como as que estão relacionados com os jogos de azar ou o <i>gaming</i>/utilização de equipamentos digitais); • Deverá promover-se a interligação entre respostas terapêuticas e outras respostas sociais, para potenciar a (re)integração; 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 (Saúde de Qualidade) • 10 (Reduzir as Desigualdades) • 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM VNF • Segurança Social • Entidades do setor da Saúde / ACES • “Qualificadores” das CSIF • IEFP • Centro Qualifica • IPSS locais • ONG locais • Outras organizações de âmbito regional e nacional que intervêm neste domínio • Escolas e Agrupamentos de Escolas • (...) 	<p>a.2.6.1. Reforçar condições para viabilização de projetos que ampliem as intervenções existentes (que se revelam insuficientes);</p> <p>a.2.6.2. Reforçar a comunicação e o trabalho em rede, designadamente entre instituições sociais e entidades do setor da saúde;</p> <p>a.2.6.3. Promover o envolvimento e a responsabilização do tecido empresarial no desenho e concretização de soluções de formação e integração profissional, no quadro de processos de reintegração social;</p> <p>a.2.6.4. Reforçar serviços de apoio ágeis e de proximidade em matéria de formação e promoção da empregabilidade e emprego para pessoas em processo de reabilitação/reintegração social e profissional;</p> <p>a.2.6.5. Criar uma estrutura de voluntariado pelo tecido empresarial,</p>

<ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento pós-alta continuado é crucial, pois muitas pessoas não têm retaguarda familiar e social; • A integração das respostas e a capacitação dos profissionais é decisiva, devendo também apostar-se na criação de novas respostas, em face da dimensão das necessidades existentes e das novas procuras. 			<p>envolvendo os respetivos trabalhadores nesta realidade (ex: meio dia ou um dia de voluntariado por mês);</p> <p>a.2.6.6. Promover a formação prévia dos voluntários (Banco Local de Voluntariado ou outros) que sejam colocados nesta área de intervenção, através do apoio da CM VNF e de outras entidades (não sobrecarregando com esta tarefa os técnicos das entidades/projetos que intervêm nesta área);</p> <p>a.2.6.7. Lançar um programa de sensibilização e prevenção de dependências em meio escolar e criar espaços de terapia para crianças e jovens que desenvolveram “dependências digitais” no período da pandemia;</p> <p>a.2.6.8. Criar espaços/serviços de ocupação dos tempos livres para indivíduos em recuperação;</p> <p>a.2.6.9. Promover oficinas de sensibilização e formação dirigidas a profissionais e à comunidade em geral (“saber lidar com a diferença”).</p>
--	--	--	--

4.4. Modelo de Governação e Processo de Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social

A operacionalização e execução do Plano de Desenvolvimento Social e das respetivas Missões supõe uma Rede Social organizada e preparada e um Conselho Local de Ação Social disponível para assumir a liderança e a responsabilidade pela dinamização do processo, com envolvimento e participação de todas as entidades que compõem o órgão, e com mobilização permanente da miríade de instituições e agentes sociais que integram as dez Comissões Sociais Interfreguesias existentes em Vila Nova de Famalicão.

A necessidade de revigorar, aprofundar e qualificar a ação da Rede Social traduziu-se, como os pontos anteriores evidenciaram, na atenção especial conferida à melhoria da eficiência e da eficácia da atuação do ecossistema social local, assim como à criação das condições organizativas e de funcionamento indispensáveis à confrontação de um contexto social em permanente mudança.

Um dos Eixos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Famalicão para o período 2023-2030, contemplando três Missões, é dedicado precisamente a esta vontade de não só potenciar e qualificar todo o histórico de trabalho em parceria e as práticas de cooperação que têm vindo a ser concretizadas no Município, designadamente através da Rede Social, como ainda de avançar na experimentação de novos modelos de intervenção e de inovação social, de forma a aumentar a capacidade de resposta do ecossistema social local em contextos de grande incerteza e transformação.

A concretização das Missões incluídas neste Eixo Estratégico do Plano de Desenvolvimento Social pressupõe, entretanto, algumas pré-condições ou requisitos em matéria de *modelo de governação da Rede Social* que importa considerar devidamente:

- Liderado e animado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e pelas demais entidades que compõem o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, o processo de operacionalização e execução do novo Plano de Desenvolvimento Social deve assentar numa lógica interativa e colaborativa, que seja capaz de prosseguir o trabalho realizado no quadro da sua conceção, correspondendo assim às expectativas dos diferentes agentes implicados;
- Esta dinâmica interativa e colaborativa, que arrancará assim que o Plano for aprovado e entrar em vigor, deve traduzir-se num trabalho de operacionalização ambicioso, porém realista, que saiba organizar a atividade quotidiana da Rede Social em ciclos curtos (anuais) e menos curtos (bienais/trienais), mobilizando o conjunto dos agentes e balizando a respetiva atuação em torno de metas globais e de indicadores de realização e resultado adequados, definidos de forma consensualizada e passíveis de acompanhamento e monitorização;
- O esforço de envolvimento e mobilização dos agentes que compõem o CLAS e as diferentes CSIF deve promover a revalorização da dimensão técnico-científica da

intervenção preconizada, através, designadamente, da criação de grupos de trabalho temáticos e da eventual recuperação das figuras dos “qualificadores”, agentes que, no seio das CSIF, funcionam como pivôs do trabalho de enquadramento da reflexão e de clarificação dos propósitos da ação visada pela Rede Social, operando também como promotores do estreitamento da relação entre intervenção técnica e dinâmicas associativas e comunitárias;

- A capacitação permanente dos membros do CLAS e o reforço dos mecanismos de comunicação interna devem igualmente ser assegurados, o mesmo devendo dizer-se quer do reforço da comunicação externa quanto ao papel, estrutura e ação da Rede Social, quer da conceção e desenvolvimento de ações renovadas de envolvimento da população na operacionalização e concretização das iniciativas visadas pelas diferentes Missões incluídas no Plano.

Do ponto de vista da macro governação da Rede Social, estas pré-condições ou requisitos não são alcançáveis sem a assunção da centralidade deste fórum de reflexão e ação no planeamento, organização e dinamização da intervenção social realizada no Município, o que implica, para além da sua afirmação como “laboratório de proximidade e inovação social”, uma maior coordenação e integração das diferentes esferas da ação camarária envolvidas na promoção da solidariedade e da coesão social.

Indispensável, neste âmbito, é também o desenho e concretização de uma *estratégia de monitorização e avaliação* do Plano, pensada a dois níveis:

- *A nível interno*, através da criação, no seio do CLAS, e sob a liderança do respetivo Núcleo Executivo, de linhas orientadoras e mecanismos formais de monitorização da execução do Plano, permitindo a avaliação dos processos e o acompanhamento das realizações e dos resultados definidos nos documentos de organização e planeamento de mais curto prazo;
- *A nível externo*, ponderando a definição de mecanismos de monitorização e avaliação do Plano, suas concretizações, resultados e impactos, a cargo de entidade(s) independente(s).